

O Estatuto da inferência Causal: Uma abordagem normativa do Problema de Hume*

Carlos Antonio de Souza**

Resumo

Conforme Hume, todo o conjunto de proposições empíricas tem como pressuposto a inferência causal.¹ O presente trabalho consiste num exame acerca das condições de legitimidade das inferências causais e indutivas, relativamente aos postulados empiristas e aos critérios positivos de análise, decidibilidade e legitimidade disponíveis, como verdade, prova (demonstrabilidade, verificabilidade), os princípios da lógica clássica, etc. Apresenta-se os postulados empiristas defendidos por Hume, e os princípios da natureza humana. Submetidas a critérios lógicos de legitimidade, as inferências causais e indutivas afiguram-se inválidas. Todavia, a hipótese aqui sugerida e defendida consiste em mostrar que além da análise teórica há uma abordagem prática, de modo que tais inferências são tratáveis sob perspectivas diversas, suscitando problemas diversos, abordáveis sob critérios diversos, válidos em contextos diversos. Conseqüentemente, não obstante o caso da não-validade lógica, a crença e a ação conforme tais inferências são psicológica e pragmaticamente legítimas.

Introdução - Pressupostos históricos e teórico-metodológicos do problema de Hume

Dentre os pressupostos imediatos constitutivos do contexto em que se configura a problematização de Hume, deve-se destacar, p. ex., a problematização moderna do conhecimento; o processo de emancipação do sujeito; o deslocamento da posição do conceito de idéia, de um plano transcendente, para a condição de conteúdo mental; a disputa entre racionalismo e empirismo, a pretexto do problema da origem das idéias; e o processo de refinamento positivista do empirismo.

*O presente trabalho consiste numa síntese de minha dissertação de mestrado, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. A. Leclerc e defendida perante a banca examinadora composta pelos Professores Doutores A. Leclerc, Giovanni da S. de Queiroz e Luís H. de A. Dutra, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba.

**Professor substituto na Universidade Federal da Paraíba (CFT - DCBS) - campus IV.

1. D. Hume. Investigação Sobre o Entendimento Humano. In: Berkeley / Hume. Trad. L. Vallandro. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Col. Os Pensamentos) (seção IV, § 22).

No plano histórico, as sucessivas mudanças paradigmáticas na investigação filosófica levam da perspectiva holística da ordem cósmica grega, passando pela perspectiva teocêntrica medieval à guinada antropocêntrica do humanismo renascentista cujo caráter imanentista consiste numa ruptura com o aspecto transcendente do contexto metafísico-religioso medieval. Posto o homem no centro das atenções, o advento da revolução científica vai determinar que é seu aspecto cognitivo que se deve examinar.

Tudo pronto, portanto, para a dramatização epistêmica e a epopéia do sujeito, resta somente observar que para que tal processo se desenvolva é necessário que a mudança de paradigma se acompanhe de uma mudança de atitude que consiste em colocar metodicamente a dúvida cartesiana em lugar da antiga certeza dogmática de existência de uma realidade e da possibilidade de se conhecê-la. Embora o problema gnoseológico já estivesse presente na problematização da antiguidade clássica (saliente sobretudo nos questionamentos dos sofistas e céticos), se apresentava como corolário do questionamento ontológico. É somente na modernidade que o ponto arquimediano da investigação filosófica desloca-se do questionamento ontológico para o questionamento epistemológico (giro epistêmico).² É com Locke que ocorre a primeira formulação sistemática da teoria clássica do conhecimento,³ e, com esta, leva-se o questionamento epistêmico para uma via psicológica (acerca da gênese das idéias), desviando-a da perspectiva lógica adotada por Descartes.

Por conseguinte, a figura do sujeito, que na perspectiva grega encontrava-se diluído no gênero humano (integrado na ordem cósmica) e na idade média sob a providência divina, adquire a partir do status que lhe confere Descartes (a *res cogitans* como a certeza que emerge da

2. Neste ponto, irrompem caracteres emblemáticos do ceticismo antigo, impondo um exame acerca da possibilidade, origem e validade do conhecimento, conforme as exigências céticas.

3. Sua obra *An Essay Concerning Human Understanding* constitui, além disso, uma formulação sistemática do empirismo, relativamente ao seu passado desde Roger Bacon e Guilherme de Ockham, considerando-se que em Francis Bacon tal teoria figurava à pretexto de suas investigações acerca do método experimental, e em Thomas Hobbes, condicionada à sua doutrina materialista.

dúvida radical - enquanto evidência imediata da consciência de si) ⁴ uma posição central, enquanto suporte do conhecimento e da verdade, digna do "homem-medida" de Protágoras (que, para além do problema gnoseológico, vai culminar com uma metafísica subjetivista, ⁵ no movimento romântico do idealismo alemão) suscetível de assentar a investigação epistemológica em bases subjetivas (seja enquanto sujeito ontológico cartesiano, ou enquanto sujeito psicológico dos empiristas, ou o sujeito lógico kantiano) o que propiciou uma perspectiva fenomenalista, na qual se situa Hume, definida em termos do status do conceito de idéia.

Com os deslocamentos do "ponto arquimediano" o status do conceito de 'idéia', que na doutrina platônica (enquanto forma inteligível e universal) e, depois, transfigurada no verbo divino agostiniano, apresenta-se exclusivamente na condição de entidade transcendente, passa à condição de conteúdo mental (categoria psicológica) em Descartes. ⁶ Tal posição do conceito de idéia enquanto termo médio acaba por se tornar problemática à medida que instaura um hiato entre o sujeito e o objeto, o que coloca um problema que se impõe desde o nível fundamental da problematização do conhecimento (o problema da percepção, na versão do problema do mundo externo) até o nível em que se coloca o problema da verdade, a saber, como garantir a correspondência entre a idéia e a coisa pretensamente representada? Em resposta a tal, as diversas teorias epistemológicas da percepção (assentes em duas posições on-

4. Para Descartes, importa salvar o conhecimento das ciências então emergentes (como a física e a astronomia) dos ataques céticos. Como se define o problema da verdade, nestes termos? Desde a perspectiva dualista grega, refletida na dicotomia "pensamento-ser", o problema gnoseológico, paradigmaticamente, configura-se em termos de uma relação transcendente entre sujeito e objeto como termos irreduzíveis. O problema da verdade aflora sob a exigência de correspondência entre o pensamento e o objeto (em que o conceito de representação irrompe como termo médio da relação), em que se coloca o problema da prova e do critério de verdade. Embora uma concepção de verdade lógica, da qual emerge uma teoria correspondencial, já se constate em Aristóteles, à medida que a problematização grega orienta-se para a investigação ontológica, a aletheia, enquanto desvelamento das essências, consiste numa verdade ontológica cujo suporte reside no "ser". A partir da transparência de si para si do cogito cartesiano, este suporte transfere-se para a figura do sujeito enquanto certeza fundamental que este retira de si próprio ao fim da dúvida metódica e que deve assentar todas as demais certezas.

5. Tal constitui uma profunda mudança de perspectiva na investigação ontológica em relação à problematização do "ser", da antiguidade clássica.

6. Tal já se verifica no conceitualismo de Abelardo. Depois da conquista da primeira certeza - a do eu enquanto coisa pensante - Descartes fica insulado nos limites da subjetividade. Para manter o intercâmbio entre o pensamento e o mundo - conforme as exigências epistêmicas de objetividade, e as convicções metafísicas - tal não se afigura possível imediatamente senão que mediado pelas idéias como representações das coisas.

tológicas: o realismo e o idealismo) diferenciam-se devido ao status que conferem ao conceito de 'idéia'.⁷

O problema moderno da origem das idéias afigura-se a ocasião propícia para o antigo conflito entre as posturas racionalista e empirista.⁸ Embora Locke adote o conceito de idéia, na acepção cartesiana de conteúdo mental, ao adapta-lo às exigências empiristas, ao postulado conforme o qual todos os conteúdos do entendimento derivam da experiência, se instaura a controvérsia com a postura apriorista cartesiana, conforme a qual há idéias inatas. Condicionadas a tal postulado, suas outras teses fundamentais asserem que a mente não pode formar nem destruir idéias simples; e que a experiência constitui os limites do conhecimento. Note-se que enquanto o eu substancial cartesiano afigura-se capaz de retirar de si mesmo as idéias e, a partir da transparência de si para si do *cogito*, estabelecê-las, intuitiva ou demonstrativamente, como certas, o sujeito empírico, incapaz de formar ou destruir qualquer idéia simples, não se afigura capaz de atingir qualquer certeza.

Solidária com a metafísica, a epistemologia cartesiana resolve-se em conclusões ontológicas⁹ (com base na *res cogitans*, afirma a existência de Deus e a *res extensa*). Ontologicamente, tal orientação metafísica mantém-se em Locke, mantendo-se os três suportes ontológicos irreduzíveis às idéias. Contra a noção lockeana de idéias gerais abstratas e a divisão das idéias de qualidades sensíveis em primárias e secundárias e, portanto, em defesa das teses nominalista e imaterialista, o empirismo de Berkeley - fazendo uso invertido da "navalha de Ockham" - não carece supor a *res extensa*. O processo de refinamento positivista do empirismo é intensificado por Hume, ao destituir do direito de

7. Suprimindo a noção de "idéia" o realismo direto sustenta que (i) os objetos imediatos da experiência são entidades físicas; que (ii) existem independentemente de serem percebidos (objetivamente); e (iii) são acessíveis a mais de um percipiente (intersubjetivamente). Tomando a idéia como mediação, o representacionalismo sustenta que (iv) em vez de objetos externos, os objetos imediatos da percepção são as idéias; contudo, (v) estas figuram como representações de objetos externos que, ademais, satisfazem as condições de objetividade e intersubjetividade acima. Suprimida no realismo e como termo médio no representacionalismo, a "idéia" figura como termo limite no fenomenalismo (o qual, remontando a aspectos do idealismo, objeta o aspecto transcendente do realismo).

8. A problematização dos conceitos de "razão" e "experiência" remonta à metafísica clássica, na qual figura seja em termos da diversidade de status, na hierarquia platônica (como síntese valorativa dos sistemas de Parmênides e Heráclito) ou do confronto entre a gnoseologia platônica e a aristotélica. Depois de cruzar a idade média, nas influências neoplatônicas e aristotélicas, como transfigurada na "querela dos universais", chega ao limiar da modernidade transfigurada nos esboços rudimentares da ciência moderna, de um lado, no ideal físico-matemático e, de outro, no método experimental.

9. Inversamente à orientação da problematização grega, na modernidade a ontologia apresenta-se condicionada ao questionamento epistemológico.

cidadania num mundo empírico os espíritos finitos e infinito - concessões do empirismo de Berkeley. Em Hume, a teoria empirista torna-se inquisição, à qual se submete um exame das disposições da natureza humana.

I - Os postulados empiristas de Hume e os princípios da natureza humana.

A) A teoria empirista elaborada por Locke e adotada por Hume tem como postulado fundamental aquele conforme o qual todos os conteúdos do entendimento derivam da experiência¹⁰ (esta entendida como constituída por duas fontes: a sensação (afecção dos sentidos) e a reflexão (percepção das operações mentais)).

B) Para Hume, tais conteúdos - genericamente percepções¹¹ - dividem-se em impressões e idéias (como o original e sua cópia, respectivamente - somente no caso das percepções simples)¹², conforme a precedência e o grau de intensidade.¹³

C) As percepções podem dividir-se também em simples e complexas, sendo as últimas compostas a partir das primeiras, por associação.¹⁴

D) Estes postulados afiguram-se corolários do postulado conforme o qual o critério de legitimidade de um termo é o de que este remeta à

10. J. Locke. Ensaio Acerca do Entendimento Humano. In Locke. Trad. A. Aiex. S. Paulo: Abril Cultural, 1973 (Col. Os pensadores). (Livro II, cap I, § 2)

11. Para Locke. "a percepção é a primeira faculdade da mente que se exercita em torno das nossas idéias". Id. (cap IX, § 1). Comumente o termo "percepção" designa, no ato cognoscitivo, a apresentação de um objeto (como idéia, dado sensorial). Para Hume o termo "percepção" designa tanto a operação (ou evento) mental, como os conteúdos apreendidos.

12. Sendo a imaginação livre para relacionar, há idéias complexas para as quais não há impressões complexas correspondentes. Por outro lado, há impressões complexas que não são exatamente copiadas em idéias complexas.

13. D. Hume. A Treatise of Human Nature. Edited By D. G. C. Macnabb, M. A. Fellow of Pembroke College. Oxford: Meridian Books, 1962. (Book I, Part I, Section I). p. 45.

14. Id. p. 46

15. D. Hume. Investigação Sobre o Entendimento Humano. (Seção II, § 17). p. 136

uma idéia, e o de uma idéia, o de que esta remeta à uma impressão sensível.¹⁵ Com efeito, este sintetiza-os nos seguintes termos: para cada idéia simples deve haver uma impressão simples correspondente;¹⁶ as impressões precedem e causam as idéias; as idéias são cópias de impressões.

E) As idéias dividem-se, ainda, entre as da memória (as quais preservam a ordem e posição em que se manifestaram suas correspondentes impressões) e as da imaginação (cuja associação é arbitrária).

F) As impressões e idéias simples - a que se reduzem as categorias ontológicas do fenomenalismo de Hume, conforme um inventário dos conteúdos constitutivos do mundo empírico - afiguram-se as partículas atômicas constitutivas do mundo empírico.

G) Se tais conteúdos simples são a única coisa que a experiência fornece, não havendo qualquer nexó empírico a conectar as idéias, tal significa que 1) ontologicamente não há como relacioná-las, visto que categorias universais, como termos relacionais, e categorias sensíveis são ontologicamente incompatíveis; e 2) também não há qualquer nexó lógico a relacioná-las, uma vez que nenhum x implica logicamente a existência de qualquer y.¹⁷

H) Todavia, a natureza humana (enquanto consiste em modos de relacionar) define-se em termos de princípios psicológicos de associação de idéias, os quais - impondo limites à arbitrariedade da imaginação - estabelecem a distinção entre o convencional e o fantástico.¹⁸ Tais princípios - que têm por base o princípio do hábito - são a semelhança, a

16. Não obstante a liberdade que a imaginação tem de criar idéias complexas fantásticas, esse poder criador se reduz à faculdade de combinar os conteúdos fornecidos pela experiência (as percepções), i. é, ontologicamente, a imaginação encontra seu limite intransponível nas impressões simples da sensação.

D. Hume. *A Treatise of Human Nature* (Book I, Part II, Section VI). pp. 113-4. Cf. *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. (Seção II, § 13). pp. 134-5

17. "Todas as idéias distintas são separáveis". *A Treatise of Human Nature*. (Book I, Part III, Section VI), P. 133

18. Note-se que à medida que não há necessidade lógica a relacionar as idéias, o limite entre o convencional e o fictício não é logicamente necessário.

19. *A Treatise of Human Nature* (Book I, Part I, Section IV). Cf. *Investigação Sobre o Entendimento Humano* (Seção III, § 19). Tais princípios são supostamente intersubjetivos, sob a pressuposição de uma estrutura cognitiva comum. Do ponto de vista do atomismo empírico, a teoria associacionista se afigura incongruente (daí, o empirismo como inquisição da natureza humana).

contigüidade (no espaço e no tempo) e a causalidade,¹⁹ aos quais são redutíveis todos os tipos de relações possíveis.

I) Os sete tipos de relações de idéias enumerados por Hume são divididos em duas classes: a das relações invariáveis, as quais dependem unicamente dos valores das idéias como tais, como, p. ex., toda sorte de tautologias e enunciados intuitiva ou demonstrativamente certos (analíticos), universais e necessários, cujo valor de verdade é, portanto, decidível *a priori*;²⁰ e a daquelas passíveis de sofrer variações, independentemente de qualquer modificação nas idéias enquanto tais (o caso das proposições empíricas, particulares e contingentes, cujo valor de verdade, enquanto variável, é decidível somente por verificação, portanto, *a posteriori*).²¹

J) Todo o conjunto de proposições empíricas tem como pressuposto a relação de causa e efeito.²²

A inquirição do empirismo sobre a natureza humana consiste no conflito entre, de um lado, os postulados empiristas (A), (B), (C), (D), (E), (F), (G) e (I) e, de outro, as disposições contidas nos princípios da natureza humana (H) e (J), as quais contrariam as disposições dos referidos postulados.

II - A Inferência causal e o problema da indução: problema do status lógico da inferência causal.

Não havendo problemas com o status das relações de idéias invariáveis, deve-se examinar as condições de legitimidade das relações variáveis, relativamente aos postulados acima.

20. Investigação Sobre o Entendimento Humano (Seção IV, § 20). Cf. *A Treatise of Human Nature* (Book I, Part III, Section I).

21. Investigação Sobre o Entendimento Humano (Seção IV, § 21). Cf. *A Treatise of Human Nature* (Book I, Part III, Section I). Relações invariáveis: semelhança, contraste, graus em qualidade (intuitivas) e número (demonstrativa). Relações variáveis: identidade, situações no tempo e no espaço, e causação. *A Treatise of Human Nature* (Book I, Part III, Sections I and II). A antiga controvérsia sobre o status do inteligível e do sensível - que remonta à tradição grega - é exemplificada pelo estabelecimento de graus de certeza, determinado por Locke, numa escala que vai do conhecimento intuitivo, passando pelo demonstrativo (universal e necessário), até o conhecimento empírico (particular, contingente). Tal é exemplificado em termos da distinção semântica de Kant entre enunciados analíticos e sintéticos.

22. Investigação Sobre o Entendimento Humano (Seção IV, § 22). Os princípios (H) e (J) não são postulados de um empirismo positivo, mas princípios da natureza humana.

O contrário de toda afirmação de fato é sempre possível, pois que nunca pode implicar uma contradição ... que o sol não nascerá amanhã não é uma proposição menos inteligível e não implica mais contradição do que a assertiva contrária... seria vão, por isso, tentar demonstrar a sua falsidade²³

Talvez seja, pois, interessante indagar qual é a natureza dessa evidência que nos garante qualquer existência real e questão de fato, além do testemunho atual de nossos sentidos ou dos registros de nossa memória.²⁴

Há, pois, por um lado, o problema de conferir-se às proposições empíricas (variáveis) um valor de verdade com um grau de certeza semelhante ao do valor de verdade das proposições formais (invariáveis), não obstante, a diferença entre o caráter de umas e das outras; bem como o problema de saber-se em que medida tal seria possível e sendo, como; e, por outro, a observação de que qualquer que seja o expediente pelo qual se possa emprestar às relações variáveis um grau de certeza semelhante ao das relações invariáveis, este deve conferir às asserções empíricas uma base objetiva, suscetível de superar o caráter subjetivo da experiência sensível (conforme os postulados (D) e (F) acima).

Tal problema surge à medida que respostas do tipo "porque vejo" não satisfazem positivamente à questões como "por que sabes que 'p' (p. ex., 'a neve é branca')?" O solipsismo contido em tal resposta (sensações: ontologia em primeira pessoa) indica um critério psicológico, enquanto uma fundamentação objetiva deve exigir critérios lógicos, positivos.

Considerando-se a diferença observada acima entre o caráter das relações variáveis e o das relações invariáveis, em que medida se afiguraria razoável o suposto expediente acima de equiparação do status dos seus respectivos graus de certeza?

Há (e havendo, qual) para além das bases subjetivas (v. postulados (D) e (F)) algum fundamento subjacente às asserções empíricas que possa legitimá-las objetivamente?

Ao afirmar o conteúdo do princípio (J) acima, Hume observa que somente por meio da relação de causa e efeito afigura-se possível ultrapassar a evidência da memória e dos sentidos.²⁵

23. Id. (§ 21)

24. Ibid.

25. Ibid. (§ 22)

Nesses termos, um exame do status das relações variáveis deve reduzir-se a um exame das condições de legitimidade da relação de causa e efeito.²⁶

Uma formulação da definição de tal relação é satisfeita pelas regras "*by which to judge of causes and effects*".²⁷ As regras básicas constitutivas de sua definição são as que dispõem sobre a contigüidade, a sucessão e a conjunção constante.²⁸

Conforme o disposto no postulado (G), não havendo qualquer nexo lógico a conectar duas idéias distintas entre si, não deve haver, conseqüentemente, qualquer nexo lógico a conectar a causa e o efeito, o que constitui o primeiro aspecto do problema lógico da inferência causal: o de que esta não é logicamente necessária (i. é, sua negação não implica em impossibilidade lógica);²⁹ com efeito, esta já se incluía na classe das relações variáveis.

Aplicadas tais considerações ao princípio metafísico da necessidade causal, acrescenta-se que este, além de não ser intuitivo, nem demonstrável,³⁰ por sua generalidade, também não pode ser verificável.³¹

No que concerne ao outro aspecto do problema lógico, este consiste no caso da indução como forma generalizada da inferência causal, sua conseqüência limite.

Pelos postulados (A), (B), (D), (F) e (G) a codificação da experiência deve limitar-se à descrição de fatos estanques (i) α , β , γ , etc., p. ex., fogo, calor, dor, etc.; todavia, pelo princípio (H), com a introdução da inferência causal introduz-se uma relação entre os fatos, de modo a obter-se (ii) enunciados da forma 'q' (' α causou β ', p. ex., 'o fogo queimou').

26. Ibid. (§ 23)

27. A Treatise of Human Nature (Book I, Part III, Section XV).

28. Tais regras são complementadas pelas seguintes: "a mesma causa sempre produz o mesmo efeito"; no caso em que diferentes objetos produzem o mesmo efeito, isto se deve à uma qualidade comum entre eles; qualquer diferença nos efeitos de objetos semelhantes deve-se a qualquer particularidade em que eles diferem; por implicação, uma eventual variação na causa se reflete no efeito.

29. A Treatise of Human Nature (Book I, Part III, Section II) P. 123

30. Id. (Section III) P. 125

31. Consiste mesmo numa impossibilidade lógica que o enunciado conforme o qual "tudo o que tem um começo deve ter uma causa de sua existência" possa ser provado, à medida que, por um lado, por sua generalidade, não se insere em qualquer sistema mais geral por meio do qual possa ser provado, mesmo porque termos como "tudo", "todo", "todos", etc., conotam algo que não se dá na experiência; e, por outro, não pode ser provado por qualquer asserção causal, o que implicaria em circularidade lógica. O aspecto metafísico do enunciado da necessidade causal revela-se no caráter positivamente indecidível do seu valor de verdade: não-demonstrável, não-verificável.

As exigências de um empirismo positivo são satisfeitas em (i). Em (ii), pelo princípio (H), a relação introduzida pela inferência causal, constitui uma violação do postulado (G). Todavia, enquanto tal inferência figura no pretérito, mantém-se o caráter a posteriori a que deve reduzir-se todo enunciado empírico, conforme o postulado (I). Pela generalização de (ii), para todas as instâncias possíveis, obtém-se (iii) enunciados da forma 'r' ('a causa β , p. ex., 'o fogo queima');³² tal é o caso da indução. Em que consiste o problema da indução?

Em conformidade com os postulados (D) e (F), a experiência tem como limite a reflexão e a sensação (a memória e os sentidos). Por (B), (D) e (F), toda experiência é a de um particular contingente; com efeito, enquanto um processo temporal (evento), a percepção é um ato singular. A conjunção dos postulados (A), (B), (D), (F) e (I) confere às proposições empíricas um caráter estritamente descritivo, particular, contingente e *a posteriori*.

Considerando-se as disposições dos postulados acima, estes se afiguram violados pela indução, à medida que a generalização indutiva, ao pretender que enunciados da forma 'r' acima - como exemplificações de regularidades naturais - sejam invariavelmente válidos ou verdadeiros para todas as instâncias possíveis, pretende determinar invariavelmente o valor de verdade de relações variáveis.³³ Noutros termos, tal consiste, pois, no problema lógico de usar-se critérios não-empíricos para estabelecer-se aquilo a que só se tem acesso empiricamente.

À medida que inferências indutivas derogam postulados constitutivos da definição de proposição empírica, a afirmação de tais inferências constitui uma negação de tal definição. No que concerne a este aspecto, o problema lógico da inferência causal consiste, em última análise, no seguinte: consideradas ambas, a definição de ... e sua negação igualmente válidas num mesmo sistema, teoria ou contexto, tal constitui

32. Desse modo, pela indução é possível tornar-se enunciados de caráter estritamente descritivos em leis naturais (enunciados como, p. ex., "o calor provoca a dispersão das moléculas")

33. Desse modo, pela generalização indutiva, deve-se saber, independentemente de verificação, o valor de verdade de 'r' ('sob certas condições a causa B'); mesmo que este, por seu caráter particular, contingente seja dependente de verificação (a posteriori). A passagem de enunciados da forma 'q' acima, para enunciados da forma 'r' consiste na passagem de algo experimentado à especulação de algo jamais experimentado: uma projeção da experiência passada, a qual transcende à própria experiência. Uma proposição empírica que, contudo, transcenda a experiência é algo logicamente impossível. Por questões lógicas, a experiência passada, por mais regular que se tenha apresentado, só pode informar sobre o passado. Tal problema configura-se em Kant, nos seguintes termos: 'há proposições sintéticas e, contudo, a priori?'

uma violação do princípio da não-contradição - o que é logicamente ilegítimo sob uma perspectiva clássica.³⁴

Não sendo logicamente necessário que enunciados que exemplificam regularidades naturais mantenham invariavelmente um mesmo valor de verdade, tal se aplica igualmente ao princípio determinista de regularidade *ad infinitum* no curso da natureza, à medida que este é exemplificado por aqueles.

Nestes termos, as asserções empíricas devem dividir-se entre aquelas verificadas e as que exemplificam a indução como hipóteses prováveis; sendo este seu status lógico.

III - A "regra de admissão empírica" e a noção de "conexão necessária" (o problema empírico da inferência causal: incompatibilidade ontológica entre categorias universais e categorias sensíveis).

Notado que, pelo postulado (G), a causalidade não é uma relação lógica, que nexos há a conectar a causa e o efeito? Conforme o referido postulado, esta também não é uma relação empírica.³⁵ Examine-se.

Primeiramente, nada há nos objetos enquanto tais que possa sugerir que um seja causa e o outro, efeito. i. é, não há nas propriedades que se manifestam aos sentidos, qualquer propriedade causal comum aos objetos denominados causa, que possa sugerir um conhecimento intuitivo da causalidade.³⁶

Não sendo o caso de haver uma propriedade causal nos termos acima, a causalidade deve ter como pressuposto as relações que se estabelecem entre os objetos ou eventos.³⁷ Pelo visto acima, conforme as regras "*by which to judge of causes and effects*", dentre as relações pressupostas pela causalidade figuram as de contigüidade e sucessão.

A relação de contigüidade pressupõe a justaposição (o que pressupõe a disposição espacial da causa e do efeito) o que deve ser válido

34. É a lógica clássica a que está subjacente ao tratamento deste problema.

35. Supondo-se que a causalidade se origine na experiência, tal configura um problema lógico, a saber, se esta assenta o conjunto de proposições empíricas e tem por base a experiência, portanto, proposições empíricas, tal se afigura um círculo lógico. Pode-se, todavia, tomá-la como postulado, num nível lingüístico diverso daquele do conjunto de proposições empíricas (metalinguagem deste).

36. Investigação Sobre o Entendimento Humano (Seção IV, § 23)

37. A Treatise of Human Nature (Book I, Part III, Section II)

somente para os objetos ou eventos espacialmente localizáveis. À medida que se deve considerar, todavia, a existência de eventos que não satisfazem atributos espaciais (tal é o caso das percepções da reflexão), por conseguinte, de relações causais que não são espacialmente localizáveis, o conceito de contigüidade deixa de ser um pressuposto necessário ao conceito de causalidade.

Conforme a definição do conceito de causalidade, é impossível que causa e efeito sejam contemporâneos, senão que a causa deve ser cronologicamente anterior ao seu respectivo efeito. Contudo, um objeto pode ser anterior, bem como contíguo, a outro sem que seja considerado sua causa, de modo que o conceito de sucessão não se afigura um pressuposto suficiente ao conceito de causalidade.

Neste caso, "*há de ser tomada em consideração uma conexão necessária*",³⁸ sobretudo ao considerar-se que causa e efeito são correlativos.

Contudo, em que medida é possível admitir-se empiricamente o conceito de conexão necessária? Pela aplicação do critério de admissão empírica disposto no postulado (D) o conceito de conexão necessária deve ser redutível à uma impressão sensível.

Todavia, como toda experiência sensível é a de um particular contingente, tal exclui os universais da possibilidade de remeterem à impressões sensíveis. Não obstante a classificação lockeana das idéias complexas, redutíveis a modos, substâncias e relações, seguindo Berkeley, Hume alega a impossibilidade psicológica de formação de supostas idéias gerais abstratas. Tal orientação culmina na adoção de uma postura nominalista.

Termos relacionais, ao pertencerem à classe dos termos gerais, não pertencem ao mesmo nível ontológico das categorias sensíveis; de modo que, ontologicamente, categorias universais e categorias sensíveis afiguram-se incompatíveis.³⁹ Assim, não sendo sensível, uma conexão necessária afigura-se empiricamente ilegítima. Sua afirmação consiste, pois, numa violação, por um lado, do postulado (D) e, por outro, de (G).⁴⁰

38. Id. p. 123

39. À medida que a descrição da experiência inclui universais, o discurso ordinário comete tal confusão ontológica. Tal consiste em modos de apreender-se os conteúdos da experiência: "maior que", "semelhante a", "da classe dos", etc.

40. Nestes termos, o processo de refinamento do empirismo consiste em resoluções ontológicas, pela aplicação de critérios epistêmicos.

Do mesmo modo que no âmbito da sensação, também no âmbito da reflexão não há qualquer idéia de conexão necessária entre as idéias. De que modo a experiência pode originá-la?

Não havendo uma necessidade lógica, nem um conhecimento intuitivo, nem se tratando de uma relação empírica, a contigüidade e a sucessão não são condição necessária nem suficiente para, com base num único experimento, inferir-se da ocorrência de α a existência de β . Somente a partir da experiência da conjunção constante de α e β conforme um padrão regular de contigüidade e sucessão se afigura possível fazê-lo.

Qual, pois, nestes termos, a base das inferências causais e indutivas?

O costume ou hábito. Somente por esta hipótese pode-se explicar o porquê da possibilidade de tirar-se de mil exemplos uma inferência que não é possível tirar-se de um só exemplo, a todos os respeitos igual aos outros.⁴¹

O hábito de experimentar-se a conjunção constante acima indicada nada altera nos conteúdos da experiência, senão que somente origina uma disposição mental para da ocorrência de α inferir-se a de β , e formular-se, assim, o conceito de conexão necessária enquanto nexó psicológico.

Tal crença é endossada pelo cálculo das probabilidades.⁴² Não sendo o caso de o seu grau de probabilidade ser determinado matematicamente, seu prognóstico mantém uma relação de proporcionalidade com a freqüência passada. Tal é um caso de exemplificação da teoria probabilística subjetiva de Bayes, a qual concerne ao problema dos graus de crença - no caso, em determinada hipótese, com base na evidência disponível.⁴³

À medida que tal status cognitivo de tal crença baseia a ação, enquanto assente na inferência causal, a esfera pragmática tem por base a psicológica.

São as disposições da natureza humana que têm sido examinadas; e é à inquisição empirista que estas têm se submetido; são as violações dos limites da experiência que têm sido denunciadas. Nesses termos, o presente

41. Investigação Sobre o Entendimento Humano (Seção V, § § 36 e 54)

42. Os axiomas da probabilidade requerem que: 1) $0 = \text{Prob}(P) = 1$, para qualquer proposição P ; 2) $\text{Prob}(P) = 1$, se P é uma verdade necessária; 3) $\text{Prob}(P) = 0$, se P é impossível; 4) $\text{Prob}(P \text{ ou } Q) = \text{Prob}(P) + \text{Prob}(Q)$, se P e Q são mutuamente excludentes.

43. Tal relação de implicação entre evidência, probabilidade e crença é tratada em termos do teorema de Bayes, da probabilidade condicional $\text{prob}(H/E)$. "A probabilidade posterior de uma hipótese H é a probabilidade condicional de H dadas certas evidências E ". F. Wilson. Hume's Defence of Causal Inference. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

tratamento do conflito entre as teorias do atomismo empírico e do associacionismo psicológico tem sido em favor de uma defesa do empirismo; e suas conseqüências são as conclusões obtidas até aqui.

**IV - Interpretação naturalista da inferência causal:
o problema psicológico e pragmático da inferência causal.**

Deve-se notar que a problematização formulada até este ponto tem privilegiado o aspecto teórico do problema em questão. Há, contudo, um aspecto prático. Deste ponto de vista deve-se notar que em vez de se considerar os padrões cognitivos lógicos, teoréticos, deve-se privilegiar os critérios cognitivos práticos, naturais.

Ao examinar-se as razões das inferências causais e indutivas, observou-se que estas assentam em bases psicológicas, à medida que o hábito de experimentar-se o caráter regular com que se apresenta a experiência da conjunção constante, nos termos acima, psicologicamente justifica a crença em inferências causais e indutivas.

Os critérios cognitivos lógicos adotados na problematização precedente, baseados num ideal de certeza cartesiano,⁴⁴ inspirados no conhecimento demonstrativo, aplicados ao caso do conhecimento empírico afiguram-se incompatíveis, diante do caráter falível, flexível deste último. É impossível atingir-se empiricamente um grau de certeza demonstrativa.

O caráter falível, flexível do conhecimento empírico deve exigir critérios cognitivos psicológicos, pragmáticos. As inferências causais e indutivas só podem ter uma certeza prática.

De um ponto de vista pragmático, os critérios cognitivos devem ter por base processos práticos, naturais e em vez de serem os utilizados na demonstração de um teorema devem, antes, ser aqueles que possibilitam afastar-se da dor e aproximar-se do prazer; sua base deve ser as crenças irrefletidas, como manifestações das disposições naturais. Enquanto estas são processuais, tais critérios cognitivos devem ser mutáveis conforme as necessidades práticas. Eis o seu caráter evolucionista e a justificação naturalista das mudanças paradigmáticas.

Como uma programação natural, a natureza humana é psicológica e pragmaticamente condicionada a crê e a agir conforme a inferência causal,⁴⁵ e esta última tem funções práticas indispensáveis à vida, à

44. Por critérios cognitivos cartesianos subentende-se aqueles baseados nas "regras do método" e nas "Regras Para a Direção do Espírito" e aplicadas na dúvida metódica. Por ideal de certeza cartesiano subentende-se o que se consoma nas Meditações

45. A causalidade - como os demais princípios de associação - enquanto maneiras de passar de uma para outra idéia (modos de apreender os conteúdos atômicos da experiência) se afiguram uma programação natural.

medida que orienta a ação. Eis as bases de uma epistemologia darwiniana.

V - A inferência causal sob aspectos diversos e a validade relativa das diversas perspectivas.

De acordo com a problematização precedente, há perspectivas diversas sob as quais se pode tratar o problema ora examinado. Há um plano teórico, outro prático. Há uma perspectiva lógica, outra naturalista, psicológica, pragmática, etc.

Diante de sistemas de critérios cognitivos diversos, qual se deve adotar? Os diversos procedimentos exclusivistas ao se posicionarem em favor de uma postura unilateral têm, de um lado, defendido uma posição cética e, de outro uma posição naturalista em relação à inferência causal.

Assim, em vez de um único problema, coexistem paralelamente o problema da validade lógica da inferência causal; o problema psicológico da crença na referida inferência; o problema pragmático da ação conforme tal inferência, etc. Com isso, evita-se, p. ex., que o problema lógico receba indevidamente uma resposta pragmática e vice-versa.

Notado isso, observa-se que cada perspectiva deve dispor de seus próprios critérios de análise, legitimidade, etc., os quais devem ser relativamente diversos. Desse modo, deve haver critérios teóricos, lógicos práticos, psicológicos, pragmáticos, etc. Disto decorre que, p. ex., os critérios teóricos não devem ser inadequadamente utilizados para examinar-se problemas práticos e vice-versa.

Por conseguinte, as diversas perspectivas (e seus respectivos problemas e critérios) devem ser válidas em contextos diversos. Assim, p. ex., a perspectiva lógica deve ser válida num contexto epistemológico, a perspectiva pragmática num contexto prático, de senso comum, etc. Assim, ao passar-se de uma perspectiva, para outra, passa-se de uma prática discursiva em que vigem determinados princípios para um contexto discursivo em que vigem princípios completamente diferentes, de modo que o problema formulável dentro de determinada prática discursiva, dissolve-se na transição para outro contexto; com efeito, o problema da validade lógica, formulável na prática discursiva da epistemologia, dissolve-se numa prática discursiva de senso comum, visto que deste lado não se coloca a questão da validade lógica, mas das funções práticas.

Conseqüentemente, deve haver uma validade relativa das diversas perspectivas: por um lado, uma perspectiva não deve considerar-se um caso de invalidação da outra (obviamente, o argumento pragmático de

que a inferência causal é útil à vida, não deve invalidar o argumento lógico de que tal inferência é logicamente ilegítima; são discursos diversos, falando de coisas diversas).⁴⁶ Por outro, a manutenção de ambas como igualmente válidas não deve considerar-se um exemplo de contradição; Assim, embora a inferência causal seja logicamente inválida, a crença e a ação conforme tal inferência são psicológica e pragmaticamente legítimas.

Abstract

According to Hume, every set of empirical propositions presupposes a causal inference. The paper examines first the conditions of justification of causal and inductive inferences in relation to empiricist postulates, as well as to the available positive criteria of analysis, decidability and justification such as truth, proof (demonstrability, verifiability), the principles of classical logic, etc. Then the empiricist postulates defended by Hume and the principles of human nature are discussed, and the logical criteria of justification, the causal and inductive inferences are judged invalid. The view suggested, and finally defended, however, shows that causal and inductive inferences can be focused on from different points of view (insofar as Hume's account involves not only a theoretical but also a practical concern), raising different problems which require different criteria valid in different contexts. Thus, even though causal inferences are logically invalid, believing and acting according to such inferences can be justified from psychological and pragmatic points of view.

46. Ademais, nenhum ponto de vista deve considerar-se absoluto, à medida que, em última análise, a aceitação "justificada" desta ou daquela teoria assenta sobre convenções não justificáveis positivamente; enfim, não há um "ponto arquimediano" dissociado de todos os compromissos especulativos possíveis.

Referências bibliográficas

BERKELEY, G. Tratado Sobre os Princípios do *Conhecimento Humano*. In Berkeley/Hume. Trad. A. Sérgio. S. Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores).

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. In Descartes (vol. I). Trad. J. Guinsburg e B. Prado Jr. 4. ed. S. Paulo: Nova Cultural, 1987. Pp. 25-71. (Col. Os pensadores)
_____. *Meditações*. In Descartes (vol II). Trad. J. Guinsburg e B. Prado Jr. 4. ed. S. Paulo Nova Cultural, 1988. Pp. 5-61. (Col. Os pensadores)
_____. *Regras Para a Direção do Espírito*. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1987

HUME, D. *A Treatise of Human Nature*. Edited by D. G. C. Macnabb, M. A. Fellow of Pembroke College. Oxford: Meridian Books, 1962.

_____. *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. In Berkeley/Hume. Trad. L. Vallandro. S. Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores)

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. M. P. Santos e A. F. Morujão. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

LOCKE, J. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. In Locke. Trad. A. Aiex. S. Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores)

WILSON, F. *Hume's Defence of Causal Inference*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.